

**SINAIS DE COESÃO: AS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DOS
PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS NO SÉCULO XIX.**

**SIGNS OF COHESION: EXPERIMENTS PUBLIC PRIMARY TEACHERS'
ASSOCIATIONS IN THE NINETEENTH CENTURY**

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque ¹

RESUMO

O presente artigo analisa a emergência das associações de professores no Século XIX, como uma importante etapa no processo de profissionalização da atividade docente.

Palavras-chave: Associativismo docente; Trabalho docente; Educação no século XIX.

ABSTRACT

This article examines the emergence of associations of teachers in the nineteenth century, as an important step in the process of professionalization of teaching.

Keywords: Associations Teaching; Teaching; Education in the nineteenth century.

¹ Doutorando em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais; Bolsista CNPq. E-mail: cavalcanti13@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

É impossível descrever a Vossa Magestade o profundo desgosto que se apoderou da classe; tão profundo era, que quasi tocava a indignação! Signaes de cohesão começarão então a notar-se. Creou-se uma commissão incumbida de zelar os nossos interesses e de levar as queixas da classe a todos os poderes do Estado, inclusivamente ao poder real. (Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte, 1871, p.13)

A história da institucionalização da escola, da emergência da educação escolar como projeto e política de Estado, é também a história de muitos homens e mulheres que, se fazendo professores, ajudaram a constituir um campo docente. O presente artigo busca apresentar algumas questões sobre a organização de professores e de como organizados auxiliaram a construir um perfil para o professorado, com atribuições, direitos e deveres.

No Império brasileiro, o processo de emergência da escola pública mantida pelo Estado se cruza com o início de um processo de profissionalização docente, o que, segundo Villela (2000), não deve ser entendido numa relação direta, pois “já desde o século XVI, os contornos da profissão vinham se definindo nas sociedades ocidentais” (p. 100). Porém, a estatização vai marcar a profissão no século XIX, provocando uma tentativa de homogeneização que passa pela criação de uma legislação cada vez mais detalhada, prescrevendo, dentre outros aspectos, procedimentos de seleção e de designação dos docentes, e esses vão “aderir” ao projeto do Estado na medida em que lhes possibilita um estatuto de maior autonomia e independência. A partir daquele momento, os professores deveriam agir como funcionários do Estado. No Brasil, essa “funcionarização” deve ser entendida como projeto sustentado igualmente por professores e pelo Estado Imperial: os docentes buscando sua autonomia e o Estado garantindo o controle da instituição escolar. Essa autonomia, no entanto, é limitada quando o Estado organiza e implementa uma estrutura hierarquizada na instrução, que afeta diretamente os professores: a criação do quadro de inspeção.

Nesse processo, a docência passa a ser, se não a única, a principal atividade desses professores que, em muitos casos, desenvolvem atividades complementares, devido aos seus baixos salários.

Os professores, essa classe que se formava; esse ofício que se profissionalizava e se organizava, partia de sentimentos de coesão, sentimentos surgidos de problemas comuns. Submetidos a um controle cada vez maior do Estado, por meio de legislações e ordens da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, e mesmo acatando as normas, os professores públicos, em muitos momentos, buscavam subverter a ordem, ou seja, se não tinham força para rejeitar as normas diretamente, as modificavam

de acordo com as posições que assumiam.

Um sinal da organização dos professores pode ser percebido nos casos do professor Gustavo José Mattos e da professora Adelina Amélia, da Freguesia do Espírito Santo, que, por intermédio de iniciativas isoladas, acabaram por demonstrar um problema pelo qual passavam vários professores da Freguesia: um ofício enviado pelo Delegado de Instrução “*determinava, ordenava e exigia*” que os professores enviassem a lista dos meninos pobres matriculados nas escolas da Corte. Depois de reiterados pedidos, o Delegado, Reverendo Nijam José Alves Pereira, recebe a seguinte resposta do professor:

Ilmo. e Revmo. Sr.

Em observância ao que me determina VS^a em seu segundo ofício, reiterando a exigência de uma lista dos meninos indigentes que careçam de livros gratuitos, acompanhado dos nomes de seus pais ou encarregados, tenho a responder a VS.^a que muito difficil, senão impossível e satisfaz esta exigência, a menos que não commetta alguma leviandade ou inexatidão: 1º porque não tenho dados certos para logo no principio do anno conhecer do estado de fortuna dos pais de meus alunos; 2º porque não sou competente para officialmente classificar ninguém de rico ou pobre, ou ainda de indigente; 3º porque não devo julgar pela apparencia para assegurar com certeza e cunho official. Lutando com esta difficuldade em que igualmente luctão muitos de meus collegas a que consultei, não incontinente a VS.^a que faço saber à Inspectoria a ponderação deste improficuo meio de se distribuir livros nas escolas publicas, a menos que se não queira obrigar o professor a falar a verdade em um acto official, que deve ter o cunho da certeza. VS^a em seu bom senso e sabedoria me ordenará o que for conveniente e mais acertado.

Deus guarde VS.^a

Ilmo. Sr. Delegado de Instrução da Freguesia do Espírito Santo

Nijam José Alves Pereira

Professor Gustavo José Mattos

Rio de Janeiro, 19 de março de 1881²

Nesta resposta o professor deixa claro que não é “*competente para oficialmente classificar ninguém de rico ou pobre, ou ainda de indigente*”, demonstrando os limites da profissão. O professor demonstra ainda que, diante da exigência da Inspectoria e sem saber como agir, consultou outros professores: “Lutando com esta difficuldade em que igualmente luctão muitos de meus collegas a que consultei”. Assim, a resposta do professor Gustavo refletia a posição de vários outros professores. Ainda que não respondendo por todos, acabou agindo como porta-voz da classe.

O simples fato de não enviarem a lista constituiu uma desobediência, ou ainda, um protesto silencioso e aparentemente não articulado, em relação a pedido que ia além da obrigação dos professores. A professora Adelina Amélia, como o professor Gustavo, também responde ao Delegado. Contudo, usa de uma estratégia diferente para protestar. Um dia depois da carta do professor Gustavo, ela escreveu:

Ilmo. e Revmo. Sr.

² AGCRJ/ Códice 12-1-4, p. 35, 44, 45 e 46

À vista da insistência de V. Revma. nova circular que recebi com data de 18 do corrente, cumpre-me ampliar o que já disse em officio anterior, remetendo hoje a V. Revma. uma lista das 81 alunas matriculadas n'esta escola, todas no cazo de receberem livros, pois que, como V. Revma. não ignora, são quase todos os seus responsaveis, pessôas de poucos recursos e em geral moradores de estalagem. Conhecedor como V. Revma. é da freguesia, deve saber só os necessitados procuram as escolas publicas, os outros, esses, querem os collegios particulares, onde pagando, julgando encontrar para seus filhos, separando mais solicitude e melhor educação, -os do contacto da gente de baixa classe, sem se lembrarem, que não é nas horas de aula que esse contacto tem influencia e que muitas vezes dão os mais elevados exemplos, os mais humildes.

Deus guarde a V. Revma.

Professora Adelina Amélia Lopes Vieira

Rio de Janeiro, 20 de março de 1881³

A professora Adelina reagiu à regra imposta reinventando a própria regra, sem descumprir o que foi exigido pelo Delegado de Instrução. Ela enviou a lista, mas não como havia sido solicitado, pois colocou nesta todas as suas alunas, deixando clara sua posição, afirmando que “*só os necessitados procuram as escolas públicas*”.

Como se pode perceber, os professores, embora reclamando, reconhecem que existe uma hierarquia. Reconhecem sua posição de súditos. Fato este que não os torna passivos; eles reclamam e lutam, mas entregam nas mãos do Delegado a responsabilidade pela decisão de como será feita a lista dos meninos pobres, apelando ao bom senso e sabedoria do mesmo. Sujeitam-se a cumprir o que lhes foi ordenado, sem, contudo, omitir o que pensavam, defendendo suas posições. Enquanto as normas agem sobre eles, procurando conformar e controlar práticas bem determinadas, eles também, por sua vez, reagem, discutindo as regras que lhes são impostas, propondo alterações e revogações, reinventando a própria norma.

Dessa forma, os professores auxiliaram a configurar as obrigações e deveres da profissão, deveres que não incluíam a classificação de alunos segundo o “estado de fortuna dos pais”. De acordo com Souza (2005), “pelo caso das correspondências dos/as professores(as), percebemos os diferentes papéis no exercício de seu ‘sacerdócio’, de instruir, organizar a disciplina, tratar das enfermidades, proteger e educar” (p. 6).

O discurso articulado e a autonomia devida às próprias características da profissão dificultaram uma postura de obediência incondicional diante do cumprimento de determinações. Diante disso, o Estado Imperial procura cada vez mais intensificar os mecanismos de vigilância sobre os professores, criando e aperfeiçoando outro corpo de funcionários especificamente para esse fim. Nesse sentido, podemos observar o controle de suas práticas profissionais e pessoais dos docentes, exercido pelo Estado, por intermédio da ação dos inspetores e dos delegados da instrução pública. Esse controle também pode ser observado por meio do processo de seleção dos livros escolares e nos processos de seleção e formação para professores, por outro

³ AGCRJ - Códice 12-1-4.

lado os professores reagiam e agiam demonstrando o que eles pensavam sobre a instrução, sua organização e finalidades, os docentes participavam em debates na imprensa, criavam jornais pedagógicos e fundavam associações e grêmios.

O associativismo docente é um fenômeno que se desenvolve no Brasil no início do século XIX, fundamentalmente a partir da segunda metade do Oitocentos, com característica essencialmente mutualista e implementado por professores do ensino primário. Este é um traço comum na organização docente: a preponderância dos professores de instrução primária, nesse momento em que as associações se organizam tendo por base o grau de ensino. São os professores de primeiras letras os impulsionadores do associativismo docente, fato talvez explicável pela precariedade das condições em que tal prática era desenvolvida, como denunciam diversos professores através da imprensa, cartas, abaixo-assinados e manifestos como o que foi enviado ao ministro dos negócios do império:

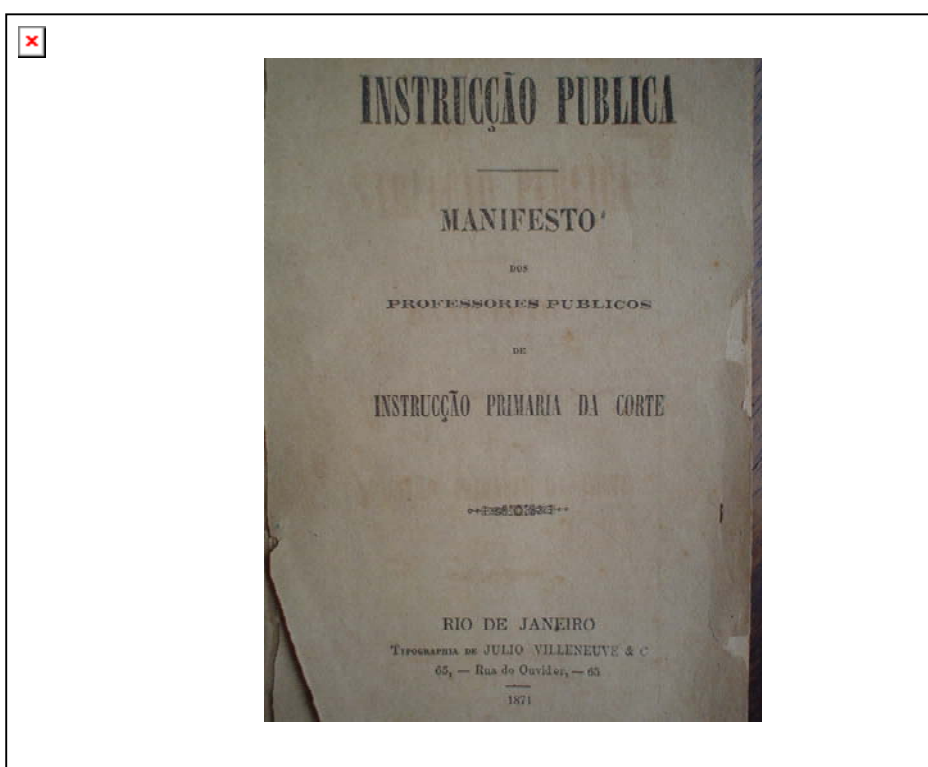
Sim, Ex., senhor, é preciso que se diga, toda a verdade a V.Ex.: os professores públicos da Corte vivem na miséria. [...] os professores, continuem estes a ter de ordenado 66\$666, e sejam forçados a deixar suas mulheres e filhas entregues talvez a prostituição, se lhes não valer o pão da caridade?! (manifestos dos professores públicos primários de 1871, p.18)

Entre os autores deste manifesto estava o Professor Manoel José Pereira Frazão, que depois participou da fundação de jornais e associações e que teve a trajetória ligada aos movimentos docentes. Esse tipo de manifestação, como pode ser visto, se desdobrou em algo mais orgânico, os professores envolvidos e organizados em torno de jornais ou demandas pontuais foram os impulsionadores da criação das primeiras associações profissionais. O modelo de organização por ramo profissional estava difundido por diversos países e o século XIX foi palco de intensa movimentação de trabalhadores na Europa, e também no Brasil ele começava a se organizar. Porém, a prática de organizar e participar de grupos vem de longa data na Corte Imperial. A população letrada se reunia em clubes e sociedades dos mais diferentes fins e depois também em associações profissionais, artísticas e literárias. No século XVIII, existem registros de sociedades científicas como a Academia Científica do Rio de Janeiro (1771–1772) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786–1790). No geral, essas agremiações tiveram curta duração, mas seu surgimento demonstra tentativas de organização e de delimitação de campos de saber, buscando instaurar uma certa autoridade nas respectivas áreas de atuação.

As primeiras associações profissionais que reuniam trabalhadores não especializados começaram a surgir nos grandes centros, principalmente na Província do Rio de Janeiro e na Corte, quando a escravidão ainda era a forma de trabalho predominante. Entre essas associações, posso citar a Sociedade Beneficente dos Cocheiros, que se organizou em 1856, e a Associação Protetora dos Caixeiros, também fundada na década de 1850. Essas associações foram formadas dentro do modelo de auxílio mútuo, muito

difundido na época, com o objetivo expresso de fornecer aos seus membros pequenas importâncias em caso de doença, desemprego ou invalidez, custeando enterros e garantindo à viúva uma diminuta pensão.

Essas associações promovem aproximações entre pessoas que partilham ideias e interesses comuns, que também levam à fundação de grêmios e clubes, como os clubes e grêmios republicanos e abolicionistas, que contavam com a presença de profissionais de diversas áreas, inclusive de professores. Entre a multiplicidade de formas possíveis de organização, o modelo escolhido fornece indícios da postura e da linha de atuação de cada grupo.



AS EXPERIÊNCIAS DOCENTES

Para pensar a constituição das associações docentes, utilizo como fontes documentos localizados na Biblioteca Nacional (BN), fundamentalmente aquelas que demonstram o diálogo dessas associações com o governo e a sociedade, como estatutos, ofícios, jornais, manifestos e abaixo-assinados. Tentando perceber este complexo campo, pois organizado de diferentes formas, os professores, em seus diversos grupos, buscavam constituir frentes de atuação de amplitude maior que os jornais ou os abaixo-assinados e manifestos por eles redigidos. Muitas das iniciativas procuraram organizar os professores e tinham como finalidade (declarada ou não) a criação de associações que os representassem. Os jornais pedagógicos foram profundamente marcados por essas organizações e estas, por sua vez, devem

muito aos jornais fundados por docentes. Na Corte, no século XIX e sobretudo a partir das décadas de 1860 e 1870, houve uma multiplicação de associações de professores, de diferentes modelos, que iam das beneficentes/auxílio às profissionais, passando pelas de socorro mútuo e pelos montepios. Algumas de caráter mais corporativo/associativo, outras de perfil formativo/científico, embora muitas vezes tais características possam ser encontradas juntas numa mesma organização.

Para pensar a constituição das associações docentes, trabalho como uma história de medidas anônimas, ativadas pelas práticas e instituições criadas por grupos organizados de professores. Essas associações e organizações específicas de professores auxiliam a construir um perfil e uma conduta do profissional do magistério. Embora sejam formadas por indivíduos, não são uma simples soma de muitos indivíduos, tampouco são expressões de suas lideranças ou figuras de destaques. Sem desconsiderar a importância das lideranças na organização e nos rumos das associações, esses rumos não são estipulados pela liderança, por um lado, e pela reunião de pessoas que compõem a associação, por outro lado. As associações no século XIX são criadas, em parte, pelas disputas dentro do próprio campo que buscavam consolidar. Como tratamos de um campo em constante movimento, há entre essas pessoas uma ligação funcional preexistente que não é apenas somatória, é o conjunto de experiências partilhadas por um ofício. Essas associações têm dificuldades de se estabelecer por um período mais longo; isso ajuda a explicar a curta existência de algumas delas e de seus respectivos periódicos docentes, que uma vez encerrados, ressurgem alguns anos depois com novos nomes e nova configuração. Ao trabalharmos com associação trabalhamos com seres humanos em relação, em alguns momentos em disputas repletas de contradições e tensões, o que, por sua vez, leva à reorganização da associação com base em novas questões e problemas.

Os modelos e as experiências docentes encontram respaldo em iniciativas similares em diversos países. Após o golpe que depôs o Imperador e implantou a República, o professor Frazão continuou exercendo um importante papel na instrução pública, desta vez servindo ao regime republicano. Em 1891, foi enviado à Europa para conhecer seus sistemas de ensino. Na volta, fez um extenso relatório comentando a situação do ensino de cada país. Fez também referência a reuniões de professores ocorridas em 1888, em Cheltenham, e em 1889, em Birmingham. Nesta última acharam-se reunidos mais de 700 representantes de cerca de 300 associações da Inglaterra e de Gales. Dessas reuniões participaram também delegados da Escócia, da Irlanda e a federação dos professores belgas.

No Brasil, a escolha do modelo associativo mais adequado aos professores foi alvo de longas controvérsias, mas as práticas associativas pautaram-se, de forma geral, por três pontos: melhoria do estatuto, controle da profissão e definição de uma carreira. Que é indissociável da ação levada a cabo pelas associações, que acrescentaram à unidade do corpo docente imposta pelo

Estado uma unidade orgânica, interna, construída com base em interesses comuns e na consolidação de princípios, acabando por se constituir numa classe profissional.

Para tratar das associações e organizações específicas dos professores, utilizei como fontes os registros dessas experiências associativistas. Por não fazerem parte da documentação oficial do Estado Imperial, sendo responsabilidade das próprias associações, muitas delas de vida curta, esses registros terminam por desaparecer com elas. No entanto foi possível trabalhar com algumas dessas associações com base nos seus órgãos informativos, fundamentais na mobilização e na fomentação de debates. Ou através de notícias sobre a sua criação ou sobre alguns de seus atos nos jornais da época, encontrados nos setores especializados em periódicos dos arquivos e das bibliotecas. Assim foi o caso da **Associação dos Professores Públicos da Corte** criada pelo professor Frazão e pelo deputado Duque Estrada em 1877, divulgada pela revista *A Escola*. Esta revista noticia também a criação do **Instituto Pedagógico** em 1877 pelo professor Brazil e dá ainda notícias do funcionamento da **Sociedade Ateneu Pedagógico** em 1877. Consegui localizar outras associações docentes buscando a marca da oficialidade, no cruzamento dessas sociedades com o aparelho do Estado, ao procurarem o reconhecimento do poder Imperial. Assim foi com o **Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte**, que teve seus estatutos aprovados pelo Decreto n. 8528, de 13 de maio de 1882 e publicados no Diário Oficial do Império. Foi também o caso da **Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro**, que tem seus estatutos preservados no Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional (BN). Outra forma de pesquisar foi analisar a atuação das associações, a materialização das suas ações e as questões por elas colocadas, indícios também da sua forma de organização. Deste modo localizei a **Comissão dos Professores Públicos de Instrução Primária do Município da Corte**, por intermédio de suas ações; mais especificamente, tomei conhecimento da existência dessa Associação através de um conjunto de abaixo-assinados por ela realizado em 1888, que acabaram no AGCRJ devido à sua destinação, eram dirigidos à Princesa Isabel.

As características de cada uma dessas associações são analisadas com as fontes que pude localizar. Trabalhei com a hipótese de que essas associações não representam a totalidade do movimento associativista docente existente na Corte entre os anos 70 e 80 do século XIX, mas devido à dificuldade de localização dessas experiências, acredito que o material aqui apresentado constitui uma interessante visão sobre esses movimentos. Neste trabalho não busquei localizar todas as experiências associativas dos professores no período referido, tampouco analisei a trajetória das associações localizadas. Meu interesse maior foi perceber como surgiram essas associações, perceber a gênese, o momento de emergência desse modelo associativo.

O Quadro I apresenta as seis organizações de professores das quais consegui encontrar registros de seu reconhecimento por parte do Estado Imperial, via publicação e aprovação dos estatutos. No caso das experiências da Corte elas não são as únicas, tampouco são as primeiras, mas são de um período

especialmente movimentado, no qual as associações de perfil de socorro mútuo vão cedendo espaço para outras de perfil mais profissional.

Quadro I – Associações Docentes

Associação	Ano
Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte	1874/1875 (aproximadamente, de acordo com as referências no Jornal <i>A Verdadeira Instrução Pública</i>)
Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro	1875 (a diretoria tomou posse dois meses antes de ter publicado seus estatutos, no dia 8 de outubro)
Instituto Pedagógico	1877 (referência na <i>Revista de Educação e Ensino</i> , volume I, p.81)
Associação dos Professores Públicos da Corte	1877 (referência na <i>Revista de Educação e Ensino</i> , volume I, p. 250)
Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte	1881 (estatuto aprovado e publicado no dia 13 de maio de 1882)
Comissão Permanente Executiva dos Professores Públicos Primários da Corte	1888 (quando teria ocorrido a eleição da Comissão, para a qual tinham sido convidados a participar todos os professores públicos. A eleição teria sido realizada no Lyceu de Artes e Ofícios)

A **Associação dos Professores Públicos da Corte** é a segunda iniciativa do grupo do qual participava o professor Frazão. Essa Associação tinha ligação com a *Revista de Educação e Ensino*, cujo redator era Frazão, e que era dirigida pelo político do Partido Conservador Duque Estrada Teixeira. Nesse momento já não existia o jornal que Frazão dirigia antes, *A Verdadeira Instrução Pública*, como parece que não existia mais a **Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte**, a que esse jornal fazia referência.

A reunião que fundou essa Associação foi noticiada na revista *A Escola*: ela ocorreu na casa de Duque Estrada Teixeira, com a presença

[...] de cerca de 30 professores públicos para ouvirem o mesmo senhor, que, por pedido de alguns professores, quiz tomar sobre si a patriótica tarefa de auxiliar e dirigir os trabalhos do professorado no sentido de melhorar e dar vigoroso impulso a instrução nacional.⁴

A notícia, repleta de elogios ao discurso do deputado Duque Estrada Teixeira, informa ainda a necessidade de os professores se reunirem em associação para poderem exercer melhor seu ofício, assim como exercer “entre si a beneficência e mutuo auxilio moral e material”. Ao final do discurso houve a eleição de uma comissão para “rever os estatutos da nascente sociedade”, sendo eleitos “pela ordem de sua antiguidade no magistério Francisco Alves da Silva Castilho, Manoel José Pereira Frazão e Augusto Candido Xavier Cony.” A reunião dos professores Cony e Frazão numa mesma associação

⁴ BN, Setor de Obras Raras *A Escola*, 1877, p. 81.

demonstra deslocamentos no campo docente, visto que estes dois professores caminhavam em direções distintas no início da década de 1870, Frazão estava à frente do jornal *A Verdadeira Instrução Pública* e Cony escrevia para *A Instrução Pública*, jornais que disputavam a posição de “legítimos representantes da classe”. Depois de juntos no período da revista *A Escola*, de 1877 a 1878, Cony e Frazão se encontram novamente em campos distintos: Cony é um dos membros da **Comissão Executiva dos Professores Primários da Corte**, época em que se tornou um dos mais ferozes críticos do professor Frazão, como se pode ver nos debates ocorridos nas Conferências Pedagógicas.

Nas suas falas, Augusto Cony revelava haver um clima de tensão e conflitos entre os professores da cidade, o que era possível verificar por ocasião dos debates públicos nas Conferências Pedagógicas. Fazendo coro com as críticas apresentadas por professores na 8ª Conferência ele acusava as revistas *Liga do Ensino* (dirigida pelo ilustre Rui Barbosa) e *Ensino Primário* (dirigida pelo professor primário Luiz Augusto dos Reis) de provocarem desunião entre os professores. Nessa situação, argumentava que as Conferências constringiam os modestos mestres a falar e acusava a revista dirigida por Rui Barbosa de fazer críticas duras e injustas aos professores primários, críticas que, segundo Cony, o professor Frazão, “constante defensor da classe dos professores públicos”, não teria rebatido por ocasião de suas falas nas Conferências Pedagógicas; longe disso, ele teria concordado.

Esses dois professores, envolvidos em diferentes iniciativas de organizar os docentes, demonstram as tensões e dificuldades para se mapear e identificar tanto as associações quanto as iniciativas dos professores. Assim, só podemos tentar entender essas iniciativas se buscarmos compreendê-las em movimento, dentro de um quadro instável e em constante movimento.

Frazão e Cony, entretanto, não são os únicos a criar ou participar de associações docentes. Ainda na revista *A Escola*, no mesmo número que noticiou a criação da Associação que contava com a participação desses dois professores, em uma matéria menor há referência à criação de uma outra organização, ao que parece com perfil distinto da primeira: **O Instituto Pedagógico**. A matéria da revista atribui a criação do instituto ao professor “Sr. Brazil”, que, segundo a revista, reuniu em sua escola alguns colegas e instituiu uma associação com o título Instituto Pedagógico, cuja directoria já se acha eleita e tem diversas sessões.⁵

Nas pesquisas realizadas para a elaboração deste trabalho não consegui encontrar mais informações sobre essas duas associações. Não localizei os estatutos da **Associação dos Professores Públicos da Corte**, mas, caso eles não tenham sido publicados, isso não significa que a Associação não tenha existido de fato. A revista *A Escola* funcionava como porta-voz do grupo

⁵ BN; Setor de Obras Raras – *A Escola*, 1877.

de professores que constituiu a Associação, com a presença do deputado Duque Estrada.

Em sentido inverso, encontrei os estatutos do **Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte**,⁶ de 1882, mas não localizei referências ou mesmo jornais e outras formas de atuação desse Grêmio. Embora o Grêmio tenha tido uma revista, a *Revista Pedagógica*, não me foi possível ter acesso a tal publicação. Porém, por intermédio desse grêmio é possível perceber a marca da oficialidade que atravessa as sociedades no momento de publicação dos estatutos, previamente aprovados pelo Estado Imperial. Esse estatuto me permitiu trabalhar com questões fundamentais sobre as organizações docentes. Qual o objetivo do Grêmio? Como se organiza? Qual sua estrutura de poder? Como são escolhidos os diretores? Quais os critérios para a participação?

No caso do estatuto do **Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte**, após fundado o Grêmio, em reunião com os membros, o conselho diretor eleito entrou com um requerimento junto à Secretaria de Negócios do Império, pedindo o reconhecimento dos estatutos. Foi então elaborado um parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado. Em consulta ao mesmo parecer, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, no dia 24 de agosto de 1881, aprova os estatutos, com seus 55 artigos, que foram publicados sob o Decreto n. 8528, de 13 de maio de 1882, mais de um ano depois de sua aprovação. Como se constata, o caminho do reconhecimento de uma associação pelo governo imperial era longo e demorado.

Quanto à **Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro**, tive acesso na Biblioteca Nacional ao parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado sobre a proposta de estatuto. Nesse parecer foram sugeridas nove alterações. Pelo documento não foi possível perceber onde seriam feitas ou qual o motivo dessas alterações. O estatuto que constava em anexo a esse documento vinha com 71 artigos e com a seguinte mensagem impressa: "impresso já com as alterações constantes da carta de aprovação". Diante disso, é possível perceber que junto ao longo processo de reconhecimento, o governo condicionava sua aprovação às alterações sugeridas pela Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, intercedendo diretamente nos estatutos das associações.

Em geral, os estatutos das associações seguem um padrão que permite identificar as questões colocadas no questionário citado anteriormente: os objetivos, a forma de organização e os critérios para a participação. Neste sentido, no que se refere ao Grêmio, temos no 1º Capítulo do estatuto reconhecido, credenciado e publicado pelo Governo Imperial:

⁶ BN – Coleção de Leis do Império, 1882.

Art. 1º. A sociedade Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte, fundada por professores públicos primários da Corte, tem por fim:

- 1º. Acompanhar o desenvolvimento da sciencia pedagógica em seus diferentes ramos;
- 2º. Crear bibliotheca, revista, gabinete de leitura e de palestras, fazer conferencias pedagógicas para a realização daquelle primeiro e capital objectivo da sociedade;
- 3º. Socorrer os sócios em certos casos especificados.

O Grêmio difere de outras organizações de professores já pelos seus fins. O objetivo explicitado no primeiro parágrafo do Art. 1º é acompanhar o desenvolvimento da “sciencia pedagógica” e o segundo parágrafo assinala a finalidade de criar condições para a “realização daquelle primeiro e capital objectivo da sociedade”. Para isso, seria criada uma “bibliotheca com livros sobre as sciencias pedagógicas e afins”, um gabinete de leitura (a exemplo das organizações de estrangeiros e de algumas outras associações profissionais), espaço onde também se realizariam palestras e reuniões. Ao mesmo tempo, o Grêmio propõe a criação de uma revista para divulgação de suas atividades entre os professores e junto à sociedade.

No terceiro parágrafo consta o socorro aos sócios “em certos casos especificados”. Isto significa que o Grêmio também tinha entre seus objetivos o socorro mútuo, mas, diferente de outras associações de professores, como a Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro e da maioria das associações de outras classes existentes na década de 1870, não tinha o socorro mútuo como sua principal característica. Trabalho com a hipótese de que as associações de caráter assistencialista foram perdendo espaço para outras de caráter mais profissional, ainda que estas últimas tenham entre seus objetivos também o auxílio mútuo.

No Capítulo II, Art. 2º do estatuto do Grêmio dos Professores Primários da Corte consta: “A Sociedade compor-se-ha de ilimitado numero de sócios, distribuídos pelas seguintes classes [...]”. Para ser admitido, o professor deveria fazer um requerimento ao conselho diretor ou ser proposto ao mesmo conselho por um ou mais associados. A admissão se daria através da votação do conselho. O novo associado seria integrado em uma das seguintes classes: a dos *fundadores* – que seria formada por todos os professores públicos primários da Corte – “de um e outro sexo, quer adjuntos quer cathedraticos”. Para ser associado nessa classe, os professores deveriam se inscrever antes da aprovação do estatuto. Os que se inscrevessem depois da publicação do estatuto seriam admitidos como *effectivos*. A terceira categoria é a dos *beneméritos* – categoria formada pelos sócios *fundadores* ou *effectivo*, que tivessem prestado relevantes serviços ou feito uma doação de 100\$000.

Apesar de voltado para os professores públicos, o Grêmio tinha duas categorias especiais de sócios: os *correspondentes* e os *honorários*. Os primeiros seriam professores públicos do Império e pessoas “de notória illustração” que morassem fora da Corte. Os sócios honorários seriam pessoas que não pudessem se enquadrar em nenhuma das outras categorias; esta era uma das possibilidades de ingresso no Grêmio de professores do ensino privado, para ingressar nessa categoria, deveria ser feito um donativo “nunca inferior a 200\$000”. Todos os sócios tinham direito a votar ou ser votado e de participar das atividades, de acordo com o estatuto. Os sócios deveriam pagar

uma subscrição mensal de 2\$, mais uma joia anual de 10\$. Essa subscrição deveria manter o Grêmio e constituir os fundos para pagamento dos auxílios.

O grêmio previa o socorro aos sócios que por doença não pudessem trabalhar. O valor variava de 20\$ para os sócios, podendo subir para 25\$, caso o sócio fosse benemérito. Esse socorro só aconteceria se os fundos do Grêmio destinados a esse fim estivessem acima dos 500\$000. No caso de falecimento do sócio, o Grêmio prestaria apoio às famílias, estando previstos nos estatutos um apoio de 100\$ para o funeral e uma pensão mensal de 10\$, que poderia subir para 15\$ se o sócio fosse benemérito. O Grêmio entendia como família, para efeitos de auxílio, a viúva (que tivesse vivido em companhia do marido), os filhos legítimos ou legitimados, as irmãs solteiras “honestas” e o pai inválido. No caso da morte de uma sócia, o viúvo não teria direito a pensão.

Além da receita proveniente das subscrições e joias pelos sócios, o Grêmio contava com doações, cobrança de multas e as assinaturas da sua revista.

Antes da consolidação das associações docentes, os professores se organizaram em torno de revistas e jornais, como no periódico *A Verdadeira Instrução Pública*, sob a direção do professor Frazão, um dos grandes incentivadores do associativismo docente. No primeiro número, esse jornal já demonstrava a importância da criação de uma associação que representasse os professores públicos primários do Município da Corte. Segundo o professor Frazão escreve em um editorial, este seria um veículo para defender as posições do Manifesto de 30 de julho⁷, que ele também assinou e do qual foi o relator. *A Verdadeira Instrução Pública* era então pensada como um órgão encarregado de expressar as opiniões de um setor do professorado que esteve envolvido na elaboração daquele Manifesto. Em vários textos e artigos o jornal sinalizava a importância da criação de uma associação e as dificuldades de concretizá-la.

Tentando dar maior peso às reivindicações feitas pelos professores, em outubro de 1872, foi criada, em 1874/1875, a **Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Côte**. De acordo com um dos seus fundadores, o professor Frazão, com o fim da guerra do Paraguai os professores públicos entenderam que era o momento de solicitar melhorias quanto aos seus vencimentos. Porém, depois de várias tentativas sem sucesso junto à inspetoria de instrução, resolveram criar uma sociedade “para facilitar o conagraçamento da classe”. Entretanto, encontrei indícios de que não foi uma tarefa fácil a fundação dessa Sociedade. Ainda segundo o professor Frazão, “quando os estatutos estavam quase concluídos, mão invisível espalhou cizania entre os obreiros” e a iniciativa da criação foi adiada.

⁷ Nome como também era conhecido o Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte, de 1871.

De quem seria essa “mão invisível” que impediu a fundação da Sociedade naquele momento? O editorial do jornal *A Verdadeira Instrução Pública* do dia 14 de julho de 1872, fornece uma pista, falando sobre o adiamento da criação da Sociedade:

Nossos inimigos ganham terreno. Da idéia que tínhamos tido de criar uma revista do instituto, que fosse nosso órgão na imprensa, tiraram eles a criação de uma folha em que se tem querido provar nossa inaptidão.

A folha em questão era o jornal *A Instrução Pública*, dirigida por Alambary Luz. A disputa entre os dois jornais, como já assinalado, demonstra a existência de uma tensão no meio educacional da Corte. Os dois periódicos assumiram o papel de porta-vozes de dois grupos bastante distintos, que entram em choque. O primeiro grupo era formado por pessoas que ocupavam cargos de destaque na administração educacional oficial, tanto na Província do Rio de Janeiro como na Corte, e apresentavam um discurso modernizador sobre métodos, materiais pedagógicos e formação do professor.

O segundo grupo era formado por professores públicos primários, tendo à frente o professor Frazão, que procuravam agir coletivamente. A **Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte** foi fundada com a participação de trinta e cinco professores e professoras, número significativo para a época, já que em 1872, época das reivindicações que levaram à criação dessa Sociedade, havia na Corte oitenta e sete professores primários, entre adjuntos e efetivos (MOACYR, 1938).

Outra tentativa de organização de professores, a **Comissão Permanente Executiva dos Professores Públicos Primários da Corte**, fundada em 25 de abril de 1888, era formada por cinco professores públicos primários eleitos em reunião realizada no dia 14 de abril do mesmo ano, em uma das salas do **Lycêo de Artes e Offícios**, para a qual todos os membros do professorado haviam sido convidados.

A Comissão redigiu diversos abaixo-assinados que permitem, pelo estudo das reivindicações, perceber as principais demandas dos professores públicos primários, entre elas a questão salarial, uma das mais presentes. Ao pedirem aumento dos salários, argumentavam que o salário “era insuficiente”, ou que um maior salário “poderia tornar digno o sacerdócio”.

Essa Comissão também produziu oito cartas coletivas, todas no ano de 1888. Essas cartas ou pareceres, como eles as designam, procuram sensibilizar a princesa Isabel para os problemas da “classe”, formulando propostas a serem adotadas pelas autoridades com vistas a solucionar os problemas que afligiam o professorado primário da Corte. Entre os pedidos, a questão salarial é apresentada como primeiro problema, confirmando a sua recorrência. A gravidade da questão salarial é traduzida em detalhes, abordando-se o seu pequeno valor, que ficava ainda mais reduzido com os descontos dos salários para pagamento do aluguel das escolas e a dedução de 2% de impostos que incidia sobre os vencimentos. Em outra carta é requerida a concessão de

vitaliciedade e gratificações adicionais, mudando-se os critérios em vigor (regulamentos de 1854 e de 1877), de modo a tornar digno o “sacerdócio”.

A terceira carta explica o caráter da Comissão e o processo de sua formação, ocasião em que solicitam que um grupo de adjuntos fosse nomeado como efetivo e, em seguida, pedem a abertura de concursos para adjuntos interinos. Além das reivindicações, a Comissão faz propostas para o preenchimento de vagas de professores para a Escola Normal (cf. regulamento de 16/03/1881 e decreto n. 6784 de 06/03/1880), indicando critérios a serem adotados, como o tempo de formação e o histórico escolar. Em outro parecer, a Comissão se volta contra a rigidez do regulamento que impedia a transferência e a permuta de professores de uma cadeira ou escola para outra, discutindo a regra em vigor e solicitando a sua revogação. A Comissão também enviou à princesa Isabel o pedido para que cadeiras masculinas pudessem ser preenchidas por professoras, definindo tal medida como “uma das mais momentosas necessidades do ensino público” (cf. Regimento Interno de 06 de novembro de 1883).

Na constituição da profissão docente, em meio aos embates entre os professores, e entre eles e o Estado Imperial, foram sendo construídas imagens do magistério. A produção dessas imagens é fruto de uma sociedade cada vez mais complexa, caracterizável, entre outros aspectos, por uma grande produção de discursos normativos, que erigiram zonas de permissão, proibição e penalidade. As normas passam a ser utilizadas como instrumento de controle em uma sociedade disciplinar. Nesse cenário, as associações docentes têm papel fundamental na construção da profissão. O conflito em torno de posições e projetos faz-se presente nos casos estudados, em um ambiente marcado por profundas mudanças, demonstrando indícios de um reconhecimento de classe, porém, de uma classe fracionada e dividida, entre continuidades, descontinuidades, resistências, tensões e conciliações.

Como se pôde perceber, os professores não possuíam um caráter homogêneo e, espalhados pelas freguesias da Corte, tinham suas preferências políticas, algumas vezes pautadas por questões locais, influenciadas pelos políticos da região. Outras vezes, a posição política era pautada pelo grupo ou partido que ocupava o Gabinete do Ministério dos Negócios do Império. Porém, como essas posições não são fixas, é comum os professores circularem por diferentes posições, configurando as disputas de cada momento. Tanto no Manifesto de 1871, organizado pelos professores que depois criaram o jornal *A Verdadeira Instrução Pública* e o **Instituto dos Professores Primários** (que não chegou a se consolidar), quanto nos pareceres elaborados pela **Comissão Permanente Executiva dos Professores Públicos Primários da Corte**, em 1888, há menções à causa do abolicionismo. No primeiro, ao referir-se ao fato de que os “direitos de uma parte da humanidade oprimida

vão ser reconhecidos”⁸ e, no segundo, prestando uma homenagem à princesa Isabel:

Ao alto patriotismo e elevada sabedoria de V.A.I. deixa a comissão a fixação do quantum suficiente para que seja devidamente remunerado o professor primário de um Paiz livre, cheio de aspirações, cujo maior engrandecimento e prosperidade datam do dia em que V.A.I., magnanima princeza – sancionando a lei que libertou os escravos, completou a sua *independencia*.
A comissão, depositando a sorte do professorado primario nas augustas mãos de V.A.I.

Essa aproximação não é desprovida de sentido, pois se um dos problemas a superar para o Império entrar no *hall* dos países civilizados era a abolição da escravatura e a instrução de seu povo, um desafio adicional se colocava: educar os libertos. Não por acaso, o lema do Clube dos Libertos Contra a Escravidão é “Liberdade e Instrução”; e, como símbolo disso, o título de sócio oferecido ao Imperador Pedro II traz a figura de um anjo portando em uma das mãos uma corrente partida e na outra um livro aberto, estando cercado por negros em posição de reverência.



As associações, assim como as demais formas de organização dos professores, podem ser consideradas como expressões de uma difícil tarefa: a

⁸ Manifesto dos Professores públicos primários da Corte. (1871, P.1)

de organizar uma classe, no meio de disputas, embates e diferentes perspectivas sobre a escola e a formação dos professores. Podem ser encaradas também como um momento alto da afirmação da classe dos professores, as disputas sendo parte integrante e indissociável do extenso e intenso processo de constituição dos professores como atores corporativos. Através delas, percebe-se as demandas dos professores e identifica-se suas trajetórias e seus embates com o Estado Imperial, e mesmo no âmbito da própria classe dos professores públicos.

Thompson (1987), ao estudar a formação da classe operária inglesa, trabalha a ideia de “fazer-se”. Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. Essa ideia de fazer-se, esse movimento de se construir, de se autofazer, foi também o que pude perceber na análise dos movimentos docentes na Corte Imperial. Utilizando os termos de Thompson, as associações de professores não surgiram do nada, os professores estavam presentes no seu próprio fazer-se, que se deu dentro de um complexo campo de forças.

A emergência do associativismo docente, constituindo-se a partir das lutas empreendidas pelos professores, no início de forma isolada, e depois de forma conjunta, ajuda a perceber a entrada em cena de novas forças, ajuda a entender que a emergência do associativismo docente não se deu a partir de algo que estivesse pronto ou preparado antecipadamente, esperando o momento certo para emergir. Fruto dos movimentos e das condições que propiciaram sua emergência, indica que os professores e as professoras estiveram presentes no seu “fazer-se” como classe profissional. Estavam no olho do furacão, submetidos a determinadas relações de poder e também as definindo. É dentro desse campo de força e nesses feixes de relações heterogêneas que se constituem e assumem determinadas configurações. As associações emergiram nesse quadro e auxiliaram a constituir o campo docente na Corte Imperial.

REFERÊNCIAS

- De CERTEAU, Michel, *A escrita da história*. 2. Ed. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GONDRA, J. G. *Artes de civilizar*. Medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- LEMONS, D. C. A., TEIXEIRA, G. B. Adoção de livros escolares no século XIX: entre práticas e tensões. In: Seminário de Educação, 2., 2004, São Gonçalo. *Anais do II Seminário de Educação Eduerj*, 2004. p.108.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias (1835–1889)*. Cia. Editora Nacional, 1938. v.2.
- SOUZA, Maria Zélia. *“Útil a si e a sua Pátria”*. educação e instrução na Corte Imperial. (1870–1889). (graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.
- THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v., 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VILELA, Heloisa. O mestre e a professora. In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica 2000. p. 95–133.